



B2-491 O uso de sistemas agroflorestais na recuperação de áreas protegidas e áreas degradadas: percepções do programa de desenvolvimento rural sustentável no estado de São Paulo - Brasil

Peruchi, Fernanda¹; Araujo, Neide¹; Cezaretti, Elder S¹.; Rodrigues Filho, Edson A¹.; Ramos Filho, Luiz O.²; Gracia, Maria Eugenia de P.S.³

1 Secretaria no Meio Ambiente do Estado de São Paulo, fernandape@ambiente.sp.gov.br, neidearaujo@sp.gov.br, elderc@ambiente.sp.gov.br, edsonr@ambiente.sp.gov.br

2 Embrapa Meio Ambiente, luiz.ramos@embrapa.br

3 Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, eugeniapizzol@gmail.com

Resumo

Com a Lei Federal Brasileira 12.651/2012 os proprietários rurais passaram a ter obrigações como a recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. De acordo com a Lei, os sistemas agroflorestais – SAF's podem ser utilizados para a recuperação dessas áreas. Diante desse cenário e buscando obter mais informações sobre os SAF's para embasar políticas públicas, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado lançou um edital para apoiar projetos de implantação de SAF's, priorizando os agricultores familiares. No presente trabalho, buscou-se compartilhar os aprendizados obtidos até o momento quanto à implantação e promoção de SAF's em áreas protegidas ou degradadas. Observou-se uma lacuna no conhecimento de técnicos e agricultores sobre os SAF's, sendo fundamentais as capacitações e intercâmbios. Outros itens como o apoio técnico e extensão rural, elaboração participativa de desenhos e clareza sobre a legislação ambiental foram verificados como importantes para a promoção dos SAF's.

Palavras chaves: políticas públicas, reserva legal, área de preservação permanente

Contexto

A área rural do Estado de São Paulo é constituída por um contingente de 312.235 unidades de produção, das quais cerca de dois terços representam propriedades com até 50 hectares (LUPA, 2008), sendo a atividade agropecuária a principal base econômica de mais da metade dos 645 municípios paulistas. Muitas dessas propriedades localizam-se em áreas ambientalmente degradadas, resultado do pacote tecnológico ofertado no Estado, a partir das décadas de 1950/1960, baseado nas premissas da Revolução Verde, levando os agricultores a ocuparem outras áreas, entre elas as áreas protegidas por lei.

As recentes alterações na legislação ambiental brasileira, com a promulgação da Lei Federal 12.651/2012, resultaram em novas obrigações para os possuidores de imóveis rurais.

Dentre elas, destaca-se a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), a recuperação parcial das Áreas de Preservação Permanente (APPs), nos termos dos Artigos 3º e 4º, que se encontram desprovidas de vegetação nativa e a manutenção e/ou instituição de Reserva Legal (RL), nos termos dos Artigos 3º, 12º e 52º.

De acordo com a Lei Federal, os sistemas agroflorestais (SAFs) podem ser utilizados na recuperação de reserva legal em qualquer tamanho de propriedade, e no caso de pequena propriedade/posses de agricultores familiares, admite-se também sua utilização na recuperação das áreas de preservação permanente.



Os SAFs se caracterizam como um modelo de agricultura mais sustentável, com maior resiliência e facilidade à adaptação as mudanças climáticas, que gera segurança alimentar e renda e, simultaneamente, contribui para a preservação ambiental e pode promover a adequação dos imóveis à luz da legislação ambiental vigente, caminhando para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da agricultura familiar (Peruchi 2014).

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) vem sendo implementado desde 2010 pelo Governo do Estado de São Paulo, através das Secretarias de Agricultura e Abastecimento e de Meio Ambiente, com o intuito de promover a sustentabilidade ambiental e geração de renda dos agricultores, apoiando o acesso ao mercado.

Diante desse cenário, e buscando obter mais informações sobre os sistemas agroflorestais para embasar políticas públicas voltadas a recuperação ambiental por meio de atividades econômicas sustentáveis, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) lançou em 2014, por meio do PDRS, um edital para apoiar projetos de implantação desses sistemas, tendo como público prioritário os agricultores familiares e suas organizações.

No presente trabalho, buscou-se compartilhar os aprendizados obtidos em oito meses de execução dos projetos apoiados pela SMA, no tocante a implantação e promoção de sistemas agroflorestais em áreas protegidas ou degradadas, ressaltando a importância das capacitações, geração e divulgação de informações acerca de sistemas biodiversos e de redes de apoio técnico.

Descrição da experiência

Antes de realizar o lançamento do edital de chamada de projetos para implantação de sistemas agroflorestais, foram realizadas consultas aos órgãos responsáveis pela assistência técnica a agricultores familiares assentados, visto que esse público, em geral, participa ou já participou de discussões sobre agroecologia e são mais receptivos a modelos de agricultura mais sustentáveis. A luz de sinalizações favoráveis do interesse desse público definiu-se o direcionamento do edital para SAF.

O pré-lançamento do edital para o público externo ocorreu por meio de videoconferência em escolas públicas para todo o Estado de São Paulo, com mais de 1200 convites eletrônicos enviados, sendo 716 para organizações rurais em geral e 514 para sindicatos rurais e órgãos afins. Realizaram-se ainda eventos localizados de divulgação e enviados informativos orientativos semanais para as organizações.

Optou-se por adotar uma etapa de pré-proposta na qual solicitou-se o preenchimento de um questionário semi aberto em formato de planilha digital, com questões mais intuitivas que permitissem conhecer as proponentes, seus parceiros e sua ideia de projeto, complementadas por documentações. As pré-propostas foram avaliadas e pontuadas, buscando-se privilegiar a inserção de projetos em municípios com maior fragilidade ambiental e situações localizadas nas quais a introdução do SAF representasse maiores ganhos ambientais e sociais (com a melhoria de produção para uma maior quantidade de agricultores familiares).

Os eventos de divulgação de SAFs contaram com apoio de pesquisadores e técnicos de instituições parceiras da SMA com experiência em SAF (UFSCar Sorocaba, EMBRAPA Meio Ambiente, ESALQ/USP e Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ), que ficaram responsáveis por ministrar algumas oficinas sobre SAF e coordenar visitas a campo.



Na etapa de proposta optou-se também por utilizar um formato de planilha, com questões intuitivas a fim de conhecer os beneficiários, suas áreas e aspirações de plantio, atividades e metas previstas, cronograma físico financeiro e informações sobre custos e receitas para permitir uma projeção sobre viabilidade econômica-financeira das propostas. Na elaboração dos formulários e, por consequência no direcionamento das propostas, foi sugerido que atividades e metas fossem idealizadas com vistas a ter o fortalecimento da organização (melhoria da infra-estrutura, capacitação e gestão), produção (implantação e manejo dos SAFs e produção propriamente dita) e comercialização.

Das 20 organizações que apresentaram proposta, 19 firmaram convênio e iniciaram seus projetos a partir de setembro/2014. Entre as proponentes que celebraram parceria com a SMA há duas ONGs, seis cooperativas e 11 associações. Esses 19 projetos estão distribuídos pelo Estado de São Paulo, envolvem 506 famílias, sendo a maior parte famílias assentadas da reforma agrária, totalizando mais de 500 hectares no Estado a serem ocupados por sistemas agroflorestais. Desse total, aproximadamente 190 hectares são de reserva legal, 40 hectares de área de preservação permanente e 301 hectares estão em áreas agricultáveis de uso livre (sem restrições legais).

De acordo com as informações encaminhadas pelas organizações, dos 500 hectares de SAF a serem implantados, aproximadamente 90 hectares são áreas degradadas e cerca de 305 hectares estão ocupados por pastagem. Considerando que boa parte das pastagens no Estado de São Paulo encontra-se degradada e com baixa produtividade, é possível considerar que aproximadamente 400 hectares de áreas degradadas deverão ser ocupados e recuperados por sistemas agroflorestais.

Resultados e Análises

Nesses oito meses de projeto, muitos aprendizados ocorreram, tanto por parte do corpo técnico da Secretaria quanto pelas organizações.

Observou-se uma grande lacuna no conhecimento sobre sistemas agroflorestais por parte da maioria dos beneficiários e técnicos, verificando ser fundamental o investimento em capacitação voltada a sistemas biodiversos para agricultores, técnicos que prestam assistência técnica e extensão rural (ATER's) e técnicos da Secretaria do Meio Ambiente. Percebeu-se que as organizações que realizaram mais capacitações, oficinas, intercâmbios ou visitas a outros agricultores que já desenvolvem a agrofloresta ou aqueles que contam com a colaboração de parceiros mais experientes no tema estão desenvolvendo o projeto com mais facilidade.

Verificou-se o papel importante do apoio técnico e extensão rural, uma vez que as organizações que possuem parceiros atuantes e com algum conhecimento em sistemas agroflorestais apresentam respostas mais rápidas a alguma dificuldade, como por exemplo, a apresentação de uma estratégia de implantação dos sistemas agroflorestais frente à forte estiagem ocorrida no Estado de São Paulo no ano agrícola de 2014/2015.

Outro ponto importante que favorece o uso dos sistemas biodiversos em áreas degradadas, e principalmente em áreas protegidas, por haver algumas restrições de manejo, é ter um desenho do sistema pensado de forma participativa e que proporcione o empoderamento por parte dos agricultores. Um desenho que considere as espécies de interesse do agricultor, as espécies necessárias para atender a legislação ambiental, as características dessas espécies quanto à projeção de copa, posição espacial e temporal no sistema, pode facilitar o manejo para o agricultor e contribuir para uma menor necessidade de intervenção



em áreas protegidas, áreas com algumas restrições de manejo, assim como manter a produtividade das espécies de interesse comercial.

Entretanto, observou-se dificuldade por parte dos agricultores e técnicos para a elaboração dos desenhos. Tendo em vista que os sistemas agroflorestais são compostos por espécies florestais nativas, árvores frutíferas ou exóticas e culturas agrícolas, para a elaboração do desenho, considerando uma projeção para mais de 10 anos, se faz necessário um conhecimento envolvendo as ciências florestais e agrônômicas, assim como experiência em campo sobre o manejo do sistema. Tais conhecimentos podem ser adquiridos de maneira empírica, através da observação. Entretanto, os sistemas biodiversos estão na contramão do modelo estudado nas universidades, centros de pesquisas e ofertado aos agricultores, ou seja, a monocultura, praticada pelos agricultores do Estado de São Paulo há mais de cinquenta anos. Tal fato que poderia explicar certa dificuldade dos agricultores e técnicos na elaboração de um desenho envolvendo diversas culturas no mesmo espaço e tempo.

Considerando algumas dessas percepções, a Secretaria promoveu em outubro/2014 um intercâmbio entre as organizações, convidando agricultores e técnicos com experiência em SAF, na tentativa de promover a troca de saberes e conhecimentos sobre o tema. O evento serviu para realizar um nivelamento básico dos passos iniciais para as organizações principiantes em SAF e para compartilhar experiências entre aquelas que já realizam essa atividade.

As organizações revelaram ser importante que o SAF seja implantado perto das casas, permitindo que o agricultor acompanhe o desenvolvimento do sistema, compreendendo melhor sua evolução, facilitando depois a implantação dessa atividade em outras áreas.

Pontuou-se ainda a importância do trabalho coletivo na implantação de SAF, sugerindo-se algumas estratégias para romper com preconceitos onde houver (nomear mutirões como oficinas, mini-cursos, reunião, dinâmicas). Verificou-se também a falta de clareza sobre a legislação, no tocante aos sistemas agroflorestais, uma vez que os participantes apontaram dúvidas sobre ser permitido realizar podas e desbates, além de insegurança jurídica sobre o manejo de espécies florestais nativas madeireiras no longo prazo.

Um segundo intercâmbio entre as organizações e técnicos será promovido em junho de 2015 e contará com uma oficina sobre desenho, implantação e manejo de sistemas agroflorestais, envolvendo agricultores, técnicos, pesquisadores de centros de pesquisas e professores de universidades brasileiras.

No tocante a geração de informações acerca dos SAF's e também criar mecanismos para auxiliar políticas públicas para promoção de sistemas biodiversos, uma vez que tais sistemas são importantes para geração de renda e promoção da recuperação de áreas degradadas, a Secretaria pretende criar um Painel Agroflorestal interinstitucional, envolvendo instituições de ensino, pesquisa, assistência técnica e agricultores para discussão e auxílio no monitoramento, a longo prazo, de variáveis e indicadores desses sistemas agroflorestais em implantação.

Um grande desafio já percebido neste início de implantação dos SAF's, para que haja um monitoramento real desses sistemas, é o envolvimento dos agricultores beneficiários dos projetos e das organizações proponentes, uma vez que muitas informações sobre os sistemas são constatadas pelas pessoas que estão em campo se envolvendo diariamente nesses sistemas.



Constata-se, portanto, a importância das capacitações e intercâmbios, gerar e compartilhar informações acerca dos sistemas biodiversos, assim como a importância de redes de apoio técnico, que, no caso dos projetos em tela, vêm tendo um papel importante.

O envolvimento dos agricultores, assim como de universidades, ONGs, centros de pesquisas e assistência técnica, são fundamentais para a difusão desses sistemas e para subsidiar políticas públicas. A experiência do PDRS, ainda que incipiente, pode representar uma importante iniciativa nessa direção, gerando importantes aprendizados para o avanço das políticas ambientais voltadas à agroecologia e ao desenvolvimento rural sustentável no Estado.

Referencias bibliográficas

- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento (2008). Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo LUPA 2007/2008. São Paulo: SAA/CATI/IEA.
- Peruchi F (2014) Sistemas agroforestales y seguridad alimentaria: un estudio de caso en el Asentamiento Sepé Tiarajú - São Paulo, Brasil. Tesina (Máster en Agroecología) - Universidad de Córdoba, Baeza.